

Conglomerado Prudencial - China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Demonstrações Contábeis  
em 31 de dezembro de 2021

## Sumário

Relatório da Administração

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Relatório dos Auditores Independentes

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas

## **Relatório da Administração**

### **Senhores Acionistas,**

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. (“CCB Brasil” ou “Banco”) submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, juntamente com o relatório do Auditor Independente sem ressalvas e o relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações contábeis retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Impactos da Pandemia Coronavírus - COVID-19**

#### **a) Contexto Geral**

Assim como desde o início do período pandêmico em 2020, o ano de 2021 apresentou desafios intensos, especialmente em vista dos impactos econômicos que a pandemia vem causando sobre o mercado como um todo. O CCB Brasil vem realizando um extenso trabalho, visando melhorar os processos e metodologias de trabalho para se adequar a este cenário desafiador.

O contexto vivido durante o ano de 2021 propiciou importantes decisões para seguir as diretrizes do CCB Brasil, que vão de encontro às medidas das autoridades de saúde nacionais e internacionais. Ressalta-se entre elas os cuidados com a saúde dos funcionários e seus familiares, colaboradores e parceiros, bem como a manutenção das atividades e dos procedimentos operacionais do CCB Brasil, além de sustentar o apoio aos clientes, visando o melhor resultado a todos.

#### **b) Impacto nos negócios do exercício de 2021**

Diante dos desafios gerados no ano, houve a manutenção da estratégia de reforçar a carteira de crédito, sem deixar de apoiar nossos clientes. Desta forma, diretrizes de desempenho para os clientes foram adaptadas e utilizadas intensamente em 2021, alinhadas ao intenso monitoramento da carteira de crédito. Com isso, a qualidade da carteira no segmento corporativo e em empresas médias (que representa 88,6% da carteira de crédito) contribuiu para o pouco efeito na deterioração da carteira corporativa, frente às expectativas de mercado.

O CCB Brasil adotou medidas neste período visando minimizar os efeitos negativos da crise oriunda da pandemia. Dentre elas estão a realização de comitês de créditos frequentes e monitoramento constante de todos os clientes; manutenção dos critérios mais restritivos para concessão de novos créditos já adotados no início da pandemia; avaliação mais detalhada dos setores econômicos mais relevantes dos clientes da carteira de crédito, com divulgação através de relatórios às áreas de negócio do banco; além de seguir as diretrizes de órgãos reguladores e do Head Office.

Diante estes fatos, o CCB Brasil continuou com postura conservadora, mantendo os critérios adotados no começo da pandemia, continuando com o patamar de idade máxima do cliente para concessão de crédito consignado (que foi reduzido no princípio do período pandêmico), além das periódicas revisões e adequações nas políticas de concessão de crédito de varejo.

Os índices consolidados de NPL (non performing loans) compostos pela carteira de crédito classificada entre os níveis de risco D e H, continuam bem controlados, demonstrando positiva performance na qualidade da carteira corporativa. A carteira consolidada em 31 de dezembro de 2021 apresentou 4,1% de NPL, enquanto em 31 de dezembro de 2020 4,9%.

### **Desempenho do Exercício**

O ano de 2021 refletiu positivamente as medidas adotadas pelo Banco no ano precedente, que propunham elevar a qualidade e o volume dos ativos e, ao mesmo tempo, adequar a estrutura operacional do Banco para obter melhor eficiência da organização.

Ao final do segundo semestre de 2021, as operações de crédito alcançaram R\$ 10.402,4 milhões, decréscimo de 0,20% na comparação com o ano precedente de 2020. A parcela dos créditos classificados com rating AA-C, (faixa dos créditos de menor risco), manteve-se estável ao mesmo período do ano anterior representando 95,9% do total da carteira (95,1% em dezembro 2020).

Do lado dos passivos, observamos um decréscimo de 10,5% da captação em reais em doze meses. Os depósitos a prazo atingiram R\$ 5.114,9 milhões, decréscimo de 8,0% ante o ano anterior. Os recursos de letras emitidas, compostos pelas LCAs, LFs e LCIs, somaram R\$ 544,6 milhões, decréscimo de 21,4% na comparação com o ano precedente.

Em 31 de dezembro de 2021, a Matriz representava 30,1% (29,2% em 2020) da captação total de R\$ 15.234,7 milhões composta por captações no mercado, obrigações por empréstimo e repasses e instrumentos de dívida elegíveis a capital. Vale salientar que a Matriz tem provido sua Subsidiária com *funding* adequado, tanto em volumes, quanto em preços. Com efeito, os recursos da Matriz, habitualmente disponibilizados por prazos de 360 dias, têm sido sistematicamente renovados, e vêm apresentando custos vantajosamente comparáveis aos de mercado.

O resultado bruto da intermediação financeira do período de 2021 alcançou R\$ 428,4 milhões, decréscimo ante o resultado obtido em igual período de 2020, R\$ 543,4 milhões.

No exercício de 2021, as despesas de custeio que abrangem as despesas administrativas e de pessoal somaram R\$ 285,4 milhões, aumento de 5,2% na comparação com igual período de 2020.

O prejuízo líquido do exercício de 2021 foi de R\$ 6,1 milhões (2020 – prejuízo R\$ 475,9 milhões).

Ao término do exercício de 2021, o patrimônio líquido alcançou R\$ 1.107,2 milhões e o índice de Basileia era de 16,05%.

### **Recursos Humanos e Pontos de Atendimentos**

O Banco encerrou 2021 com 343 funcionários e nove pontos de atendimento.

### **Considerações finais**

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 30 de março de 2022).

## **Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2021**

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. é instituído em atendimento às normas do Banco Central do Brasil e ao estatuto da instituição.

O Comitê analisou as demonstrações contábeis individuais e consolidadas (incluindo o consolidado prudencial) relativas ao semestre e ao exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2021, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. Com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que não foram apontadas falhas relevantes no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os principais assuntos de auditoria também foram discutidos com a PwC, assim como demais pontos, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos, e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria efetuou recomendações visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento dos controles internos, Compliance e gerenciamento de riscos, cujas ações são acompanhadas pela Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Comitê de auditoria.

---

***China Construction  
Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A. -  
Conglomerado Prudencial***

*Demonstrações contábeis  
consolidadas em  
31 de dezembro de 2021  
e relatório do auditor independente*



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial***

Aos Administradores e Acionistas  
China Construction Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais políticas contábeis" às referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais políticas contábeis" às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

---

#### **Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis", que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre



China Construction Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A.

essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

## **Outros assuntos**

---

### **Demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais**

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 30 de março de 2022.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor**

---

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

---

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais políticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.





China Construction Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



China Construction Bank (Brasil)  
Banco Múltiplo S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik  
Contadora CRC 1SP221490/O-0

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante e não circulante</b>			
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>16.758.196</b>	<b>16.555.494</b>
Disponibilidades		348.220	168.559
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.503.597	887.890
Títulos e valores mobiliários	6.b	4.056.353	4.884.623
Derivativos	7.f	46.230	98.570
Carteira de crédito e arrendamento mercantil	8.a	9.227.735	9.517.523
Operações de câmbio	9	1.465.962	1.075.652
Outros instrumentos financeiros	10	515.813	460.840
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	(405.714)	(538.163)
<b>Ativos não Financeiros Mantidos para Venda</b>		<b>112.512</b>	<b>171.948</b>
Custo		234.415	318.684
Provisão para redução ao valor recuperável		(121.903)	(146.736)
<b>Investimentos</b>		<b>2.923</b>	<b>3.112</b>
Participações societárias		2.511	2.467
Outros investimentos		412	645
<b>Imobilizado</b>		<b>12.205</b>	<b>21.158</b>
Custo		116.373	116.127
Depreciação acumulada		(102.549)	(93.460)
Provisão para redução ao valor recuperável		(1.619)	(1.509)
<b>Ativo Intangível</b>		<b>1.142</b>	<b>1.988</b>
Custo		130.979	129.686
Amortização acumulada		(129.837)	(127.698)
<b>Ativos Fiscais</b>		<b>1.331.880</b>	<b>1.412.152</b>
Impostos a compensar		19.531	31.850
Crédito tributário	13.a	931.687	999.640
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	13.b	380.662	380.662
<b>Outros Ativos</b>		<b>56.504</b>	<b>77.997</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>18.275.362</b>	<b>18.243.849</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

(continuação)

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante e não circulante</b>			
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>15.600.434</b>	<b>15.566.182</b>
Captações no mercado	15	9.455.111	10.116.344
Obrigações por empréstimos e repasses	16	4.830.936	4.352.900
Derivativos	7.f	37.883	82.233
Operações de câmbio	9	243.903	112.856
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	17	948.685	892.897
Outros instrumentos financeiros	19	83.916	8.952
<b>Provisões</b>	20	<b>1.141.318</b>	<b>1.131.323</b>
<b>Obrigações Fiscais</b>		<b>337.660</b>	<b>332.355</b>
Impostos correntes		32.215	28.191
Impostos diferidos	13.c	222.752	221.882
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	13.b	82.693	82.282
<b>Outras Obrigações</b>	23	<b>88.735</b>	<b>103.711</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>17.168.147</b>	<b>17.133.571</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	24.a	2.956.864	2.956.864
Ações em tesouraria	24.b	(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados		(1.793.962)	(1.787.813)
Reservas de capital		899	899
Outros resultados abrangentes		(1.481)	(4.567)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.107.215</b>	<b>1.110.278</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>18.275.362</b>	<b>18.243.849</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

**Demonstração do Resultado**  
**Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro**  
*(Em milhares de reais)*

	Nota	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>1.228.184</b>	<b>1.369.352</b>	<b>3.087.057</b>
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	26	646.795	797.838	1.973.180
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	27	181.422	255.652	218.228
Resultado com derivativos	28	215.535	165.533	352.273
Resultado de câmbio	29	184.422	149.819	540.443
Outras receitas de intermediação financeira	30	10	510	2.933
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(978.770)</b>	<b>(940.917)</b>	<b>(2.543.643)</b>
Obrigações por empréstimos e repasses	31	(519.357)	(364.145)	(1.573.543)
Operações de captações no mercado	32	(285.792)	(417.366)	(278.248)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	33	(173.621)	(159.406)	(252.956)
Dívida subordinada	18	-	-	(438.896)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da Perda Esperada ao Risco de Crédito</b>		<b>249.414</b>	<b>428.435</b>	<b>543.414</b>
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	2	(18.027)	(382.871)
<b>Resultado Líquido da Intermediação Financeira</b>		<b>249.416</b>	<b>410.408</b>	<b>160.543</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(198.052)</b>	<b>(368.054)</b>	<b>(330.994)</b>
Receitas com prestação de serviços e tarifas	34	22.461	44.875	56.135
Despesas de pessoal	35	(89.601)	(182.269)	(163.187)
Outras despesas administrativas	36	(53.380)	(103.087)	(108.117)
Outras receitas operacionais	37	18.230	30.182	156.698
Outras despesas operacionais	38	(59.936)	(95.289)	(143.159)
Resultado de participações societárias		(687)	(505)	(250)
Provisão para passivos contingentes	21.a	(34.495)	(61.164)	(117.079)
Provisão para garantias prestadas		(644)	(797)	(12.035)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>51.364</b>	<b>42.354</b>	<b>(170.451)</b>
Outras receitas (despesas) não operacionais		16.706	30.481	3.602
Provisão para imparidade de ativos não financeiros mantidos para venda		(9.702)	(10.077)	(43.418)
<b>Resultado não Operacional</b>	39	<b>7.004</b>	<b>20.404</b>	<b>(39.816)</b>
<b>Resultado Antes da Tributação</b>		<b>58.368</b>	<b>62.758</b>	<b>(210.267)</b>
Imposto de renda e contribuição social	13.d	(238)	(2.198)	(13.179)
Impostos diferidos	13.d	(51.387)	(66.709)	(252.432)
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do Semestre/Exercícios</b>		<b>6.743</b>	<b>(6.149)</b>	<b>(475.878)</b>
<b>Quantidade de ações (mil)</b>		<b>459.233</b>	<b>459.233</b>	<b>459.233</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação - R\$</b>		<b>0,01</b>	<b>(0,01)</b>	<b>(1,04)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Demonstração do Resultado Abrangente  
Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	<u>2º semestre 2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre/Exercícios</b>	<u>6.743</u>	<u>(6.149)</u>	<u>(475.878)</u>
<b>Outros Resultados Abrangentes que serão Reclassificados Subsequentemente para Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<u>3.830</u>	<u>3.086</u>	<u>(4.833)</u>
<b>Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda</b>			
Variação ao valor justo	6.964	5.611	(8.747)
Crédito tributário	(3.134)	(2.525)	3.914
<b>Resultado Abrangente do Semestre/Exercícios</b>	<u><u>10.573</u></u>	<u><u>(3.063)</u></u>	<u><u>(480.711)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido  
Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de capital</u>					<u>Total</u>
	<u>Capital Social</u>	<u>Ações em tesouraria</u>	<u>Ágio na subscrição de ações</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>266</b>	<b>(1.311.935)</b>	<b>1.590.989</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(4.833)	-	(4.833)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(475.878)	(475.878)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>(4.567)</b>	<b>(1.787.813)</b>	<b>1.110.278</b>
<b>Mutações do exercício</b>	-	-	-	(4.833)	(475.878)	(480.711)
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>(4.567)</b>	<b>(1.787.813)</b>	<b>1.110.278</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	3.086	-	3.086
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(6.149)	(6.149)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>(1.481)</b>	<b>(1.793.962)</b>	<b>1.107.215</b>
<b>Mutações do exercício</b>	-	-	-	3.086	(6.149)	(3.063)
<b>Saldos em 01 de julho de 2021</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>(5.311)</b>	<b>(1.800.705)</b>	<b>1.096.642</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	3.830	-	3.830
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	6.743	6.743
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.956.864</b>	<b>(55.105)</b>	<b>899</b>	<b>(1.481)</b>	<b>(1.793.962)</b>	<b>1.107.215</b>
<b>Mutações do semestre</b>	-	-	-	3.830	6.743	10.573

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
**Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro**  
*(Em milhares de reais)*

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre/Exercícios</b>		<b>6.743</b>	<b>(6.149)</b>	<b>(475.878)</b>
<b>Ajustes ao Resultado</b>		<b>33.428</b>	<b>91.678</b>	<b>593.659</b>
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	11	(2)	18.027	382.871
Atualização de depósitos em garantias	37	(6.287)	(8.511)	(7.867)
Provisão para passivos contingentes	21.a	34.495	61.164	117.079
Reversão para empréstimos vinculados a operações de crédito	31	(10.622)	(4.793)	(31.948)
Empréstimos baixados Resolução 2.921/02	16	-	-	(173.448)
Outras provisões operacionais		10.346	10.874	55.453
Depreciação e amortização	36	5.326	11.227	16.721
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos	13	51.387	66.709	252.432
Resultado de participações societárias		687	505	250
Perda na venda de tangível		-	-	(1)
(Ganho) na venda de ativos disponíveis para venda	39	(16.270)	(29.893)	(4.053)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(35.632)	(33.631)	(13.830)
<b>Lucro Ajustado</b>		<b>40.171</b>	<b>85.529</b>	<b>117.781</b>
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		1.142	1.928	(82)
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários		496.627	833.881	(91.991)
Redução em instrumentos financeiros derivativos		28.640	7.990	393.899
Redução (aumento) na carteira de crédito e de arrendamento mercantil		(34.546)	138.603	(829.660)
(Aumento) redução em carteira de câmbio - Ativo		(213.743)	(390.310)	431.303
Aumento em carteira de câmbio - Passivo		64.087	131.047	95.088
(Aumento) em outros instrumentos financeiros - Ativo		(220.930)	(474.981)	(747.189)
(Redução) aumento em captação no mercado		(553.764)	(661.233)	1.535.780
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(1.402)	(3.959)	(5.488)
Pagamento de juros		(24.378)	(55.945)	(150.980)
Pagamento de contingências	21.a	(28.833)	(47.810)	(43.698)
Recebimento de juros		225.776	461.782	793.958
(Redução) em outras obrigações		(4.418)	(11.148)	(81.741)
Aumento em outros instrumentos financeiros - Passivo		61.005	74.964	1.994
<b>Caixa Líquido Originado (Utilizado) em Atividades Operacionais</b>		<b>(164.566)</b>	<b>90.338</b>	<b>1.418.974</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>				
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda		44.080	80.305	29.453
Aquisição e alienação de imobilizado de uso		(246)	(246)	2.188
Aplicação no intangível		(420)	(1.293)	(1.429)
<b>Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimentos</b>		<b>43.414</b>	<b>78.766</b>	<b>30.212</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>				
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		6.989.914	13.147.777	19.867.590
(Redução) em dívidas subordinadas	18	-	-	(1.110.499)
Aumento (redução) em instrumento de dívida elegíveis a capital	17	(410.272)	55.788	200.342
Pagamento de empréstimos		(6.721.667)	(12.609.004)	(19.956.346)
<b>Caixa Líquido Originado (Utilizado) em Atividades de Financiamento</b>		<b>(142.025)</b>	<b>594.561</b>	<b>(998.913)</b>
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(263.177)</b>	<b>763.665</b>	<b>450.273</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	4	2.075.759	1.050.918	586.815
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		35.632	33.631	13.830
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	4	1.848.214	1.848.214	1.050.918
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(263.177)</b>	<b>763.665</b>	<b>450.273</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.



**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., (“CCB Brasil”), sediado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, No. 4.440, São Paulo - SP, Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo CCB Brazil Financial Holding – Investimentos Participações Ltda., empresa integrante do grupo China Construction Bank Corporation, sediado na República Popular da China, autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua em todo o território nacional nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de Factoring e Forfaiting.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **a) Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. – CCB Brasil foram elaboradas de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e Circular nº 3.701/14 do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 02/20 do BACEN, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. A Resolução BCB nº 2/20, revogou a Circular Bacen nº 3.959/19 e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa das demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (nota 41).

Destacamos que conforme opção prevista no Artigo 23 da Resolução BCB nº 02/20, o CCB Brasil optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Banco evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios apresentados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**b) Demonstrações contábeis consolidadas**

Conforme determinado no artigo 1º da Resolução CMN Nº 4.280/13, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A., incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior e as empresas controladas direta ou indiretamente. Assim, nos exercícios de 2021 e 2021 o Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) S.A. era composto pelo Banco e empresas controladas:

Participação	%
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**a) Moeda funcional**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16 é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, que sejam prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 03 meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

**c) Aplicações Interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**d) Títulos e valores mobiliários**

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

**e) Instrumentos financeiros derivativos**

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do exercício.

**f) Carteira de crédito e provisão para perda esperada ao risco de crédito**

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Para a apuração da provisão para perda esperada ao risco de crédito, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 8.d – Composição da carteira por níveis de risco.

**g) Ativos não financeiros mantidos para venda**

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. São mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**h) Ativos e obrigações fiscais**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até fevereiro de 2020, conforme a Lei nº 13.169/15 e, a partir de março de 2020, o Banco passou a adotar a alíquota de 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103/19. As empresas controladas mantiveram a alíquota de 15%.

O estoque de créditos tributários e de passivo fiscal diferido registrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram calculados considerando a alíquota vigente na data sua realização.

A partir de julho de 2021, de acordo com a Lei nº 14.183/2021, a contribuição social das instituições financeiras foi majorada em 5% até 31 de dezembro de 2021.

**i) Instrumentos financeiros registrados no passivo circulante e não circulante**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

**j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;
- **Provisões:** são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

k) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades	348.220	168.559
Aplicações no mercado aberto	1.499.994	733.997
Aplicações em moedas estrangeiras	-	148.362
<b>Total</b>	<b>1.848.214</b>	<b>1.050.918</b>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações no mercado aberto	1.499.994	733.997
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.603	5.531
Aplicações em moedas estrangeiras	-	148.362
<b>Total</b>	<b>1.503.597</b>	<b>887.890</b>

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	1.503.597	886.782
Não circulante	-	1.108
<b>Total</b>	<b>1.503.597</b>	<b>887.890</b>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	31/12/2021						
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Total Circulante	Não circulante	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>633.462</b>	<b>1.189.617</b>	<b>1.823.079</b>	<b>2.141.691</b>	<b>3.964.770</b>	<b>3.967.462</b>	<b>3.964.770</b>
Carteira própria (*)	50.666	15.732	66.398	241.447	307.845	308.200	307.845
Letras Financeiras Tesouro	50.666	15.732	66.398	241.447	307.845	308.200	307.845
Vinculados a operações compromissadas	356.738	1.071.050	1.427.788	1.806.565	3.234.353	3.236.525	3.234.353
Letras Financeiras Tesouro	356.738	1.071.050	1.427.788	1.806.565	3.234.353	3.236.525	3.234.353
Vinculados a prestação de garantias (**)	226.058	102.835	328.893	93.679	422.572	422.737	422.572
Letras Financeiras Tesouro	226.058	102.835	328.893	93.679	422.572	422.737	422.572
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>91.583</b>	<b>91.583</b>	<b>91.583</b>	<b>91.583</b>
Carteira própria	-	-	-	91.583	91.583	91.583	91.583
Cotas – FIDC	-	-	-	91.583	91.583	91.583	91.583
<b>Total</b>	<b>633.462</b>	<b>1.189.617</b>	<b>1.823.079</b>	<b>2.233.274</b>	<b>4.056.353</b>	<b>4.059.045</b>	<b>4.056.353</b>

(\*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(\*\*) O saldo contábil inclui R\$ 421.438 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 651 referente a processos judiciais e R\$ 483 referente a outras garantias.

	31/12/2020						
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Total Circulante	Não circulante	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>398.526</b>	<b>611.054</b>	<b>1.009.580</b>	<b>3.791.369</b>	<b>4.800.949</b>	<b>4.809.252</b>	<b>4.800.949</b>
Carteira própria (*)	8.456	58.347	66.803	869.818	936.621	937.968	936.621
Letras Financeiras Tesouro	8.456	58.347	66.803	869.818	936.621	937.968	936.621
Vinculados a operações compromissadas	390.070	281.757	671.827	2.868.031	3.539.858	3.546.573	3.539.858
Letras Financeiras Tesouro	390.070	281.757	671.827	2.868.031	3.539.858	3.546.573	3.539.858
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	270.950	270.950	53.520	324.470	324.711	324.470
Letras Financeiras Tesouro	-	270.950	270.950	53.520	324.470	324.711	324.470
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>83.674</b>	<b>-</b>	<b>83.674</b>	<b>-</b>	<b>83.674</b>	<b>83.674</b>	<b>83.674</b>
Carteira própria	83.674	-	83.674	-	83.674	83.674	83.674
Cotas - FIDC	83.674	-	83.674	-	83.674	83.674	83.674
<b>Total</b>	<b>482.200</b>	<b>611.054</b>	<b>1.093.254</b>	<b>3.791.369</b>	<b>4.884.623</b>	<b>4.892.926</b>	<b>4.884.623</b>

(\*) Distribuição de prazos efetuada com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(\*\*) O saldo contábil inclui R\$ 321.890 referente à margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos, R\$ 2.118 referente a processos judiciais e R\$ 462 referente a outras garantias.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN e as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador do Fundo.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço e o das cotas do Fundo de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador do fundo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

## 7. CARTEIRA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

### a) Política de utilização

Em função da Regra de *Paul Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter *hedge*. Durante o exercício vigente e com o objetivo de mitigar o risco de mercado que é oriundo dos descasamentos entre os ativos e passivos do Conglomerado, o CCB Brasil realizou a negociação de derivativos tradicionais e não complexos (*plain vanilla*) visando sobretudo atender à necessidade de clientes, sempre com respectivos hedges, como também utilizou deste instrumento para proteção de exposição a taxas de juros da carteira banking.

### b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF (termo de moeda) e Mercado Futuro para fins de hedge de obrigações com títulos emitidos no exterior e de *funding* em moeda estrangeira recebido. Com isto, há a possibilidade de se proteger do risco de variação da moeda e do cupom cambial que tais transações estão naturalmente sujeitas, e assim, se resguardando de oscilações inesperadas e impactantes por meio de hedge econômico e contábil, quando aplicável.

### c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

O CCB Brasil adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto do *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e por sua vez, os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do *fair value hedge* dessa relação foi aplicada apenas no balanço consolidado. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo de garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

### d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro 2021 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking*), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

#### e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas, e
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

#### f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2021), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de valor de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2021 apresentam as seguintes características:

	Circulante	Não circulante	Diferencial a receber	Circulante	Não Circulante	Diferencial a pagar	Valor de referência					
							Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
							A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante	Total	
<b>Contratos de Swap</b>												
Mercado Interfinanceiro	1.829	7.842	9.671	18.224	10.100	28.324	12.085	144.840	156.925	478.111	635.036	
Moeda Estrangeira	1.798	5.758	7.556	208	2.775	2.983	(19.089)	(176.329)	(195.418)	(478.111)	(673.529)	
Pré	511	-	511	1.054	-	1.054	7.004	31.489	38.493	-	38.493	
<b>Subtotal</b>	<b>4.138</b>	<b>13.600</b>	<b>17.738</b>	<b>19.486</b>	<b>12.875</b>	<b>32.361</b>	-	-	-	-	-	
Ajuste ao Valor de Mercado	831	7.154	7.985	450	(1.752)	(1.302)	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>4.969</b>	<b>20.754</b>	<b>25.723</b>	<b>19.936</b>	<b>11.123</b>	<b>31.059</b>	-	-	-	-	-	
<b>Contratos de Termo/NDF</b>												
Compra de Termo/NDF	7.670	7.566	15.236	5.676	227	5.903	326.065	286.802	612.867	116.135	729.002	
Venda de Termo/NDF	5.271	-	5.271	921	-	921	314.339	60.972	375.311	-	375.311	
<b>Subtotal</b>	<b>12.941</b>	<b>7.566</b>	<b>20.507</b>	<b>6.597</b>	<b>227</b>	<b>6.824</b>	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>17.910</b>	<b>28.320</b>	<b>46.230</b>	<b>26.533</b>	<b>11.350</b>	<b>37.883</b>	-	-	-	-	-	
<b>Contratos Futuros (*)</b>												
Compra – Mercado Interfinanceiro	113	-	113	-	-	-	61.975	267.682	329.657	107.779	437.436	



**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Venda – Mercado				400	-	400	(169.382)	(318.886)	(488.268)	(657.668)	(1.145.936)
Interfinanceiro	-	-	-								
Compra – DDI – Cupom											
Cambial	-	-	-	64.507	-	64.507	568.485	2.271.652	2.840.137	296.616	3.136.753
Venda – DDI – Cupom											
Cambial	3.568	-	3.568	-	-	-	(25.621)	(147.432)	(173.053)	-	(173.053)
Compra – Moeda											
Estrangeira	43	-	43	19.003	-	19.003	922.168	-	922.168	-	922.168
Venda – Moeda											
Estrangeira	64.714	-	64.714	-	-	-	(3.148.812)	-	(3.148.812)	-	(3.148.812)
<b>Total</b>	<b>68.438</b>	<b>-</b>	<b>68.438</b>	<b>83.910</b>	<b>-</b>	<b>83.910</b>					

(\*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Instrumentos Financeiros Ativos (nota 10) e Outros Instrumentos Financeiros Passivos (nota 19).

Os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2020 apresentam as seguintes características:

	Circulante	Não circulante	Diferencial a receber	Circulante	Não Circulante	Diferencial a pagar	Valor de referência				
							Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)				
							A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	Total Circulante	Não circulante	Total
<b>Contratos de Swap</b>											
Mercado Interfinanceiro	3.047	3.051	6.098	8	872	880	75.048	14.221	89.269	5.005	<b>94.274</b>
Moeda Estrangeira	31.256	39.367	70.623	16.312	34.000	50.312	(89.040)	(53.387)	(142.427)	(5.005)	<b>(147.432)</b>
Pré	827	-	827	-	-	-	13.992	39.166	53.158	-	<b>53.158</b>
<b>Subtotal</b>	<b>35.130</b>	<b>42.418</b>	<b>77.548</b>	<b>16.320</b>	<b>34.872</b>	<b>51.192</b>	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	962	2.336	3.298	(826)	1.498	672	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>36.092</b>	<b>44.754</b>	<b>80.846</b>	<b>15.494</b>	<b>36.370</b>	<b>51.864</b>	-	-	-	-	-
<b>Contratos de Termo/NDF</b>											
Compra de Termo/NDF	10.674	1.782	12.456	28.647	1.018	29.665	312.111	348.171	660.282	41.184	<b>701.466</b>
Venda de Termo/NDF	5.268	-	5.268	704	-	704	315.265	67.872	383.137	-	<b>383.137</b>
<b>Subtotal</b>	<b>15.942</b>	<b>1.782</b>	<b>17.724</b>	<b>29.351</b>	<b>1.018</b>	<b>30.369</b>	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>52.034</b>	<b>46.536</b>	<b>98.570</b>	<b>44.845</b>	<b>37.388</b>	<b>82.233</b>					
<b>Contratos Futuros (*)</b>											
Compra – Mercado											
Interfinanceiro	42	-	42	7	-	7	36.495	310.734	347.229	51.255	<b>398.484</b>
Venda – Mercado											
Interfinanceiro	17	-	17	664	-	664	(415.790)	(214.966)	(630.756)	(1.070.498)	<b>(1.701.254)</b>
Compra – DDI – Cupom											
Cambial	228	-	228	3.331	-	3.331	383.089	1.498.342	1.881.431	-	<b>1.881.431</b>
Venda – DDI – Cupom											
Cambial	937	-	937	134	-	134	(498.003)	(262.938)	(760.941)	(53.669)	<b>(814.610)</b>
Compra – Moeda											
Estrangeira	236	-	236	4.313	-	4.313	1.756.936	-	1.756.936	-	<b>1.756.936</b>
Venda – Moeda											
Estrangeira	3.880	-	3.880	474	-	474	(1.871.734)	-	(1.871.734)	-	<b>(1.871.734)</b>
<b>Total</b>	<b>5.340</b>	<b>-</b>	<b>5.340</b>	<b>8.923</b>	<b>-</b>	<b>8.923</b>					

(\*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Instrumentos Financeiros Ativos (nota 10) e Outros Instrumentos Financeiros Passivos (nota 19).

As operações de “swap” e “NDF” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Título	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
LFT	01/03/2022	225.576	225.576	269.455	269.455
LFT	01/09/2022	102.183	102.183	25.888	25.888
LFT	01/03/2023	27.763	27.763	-	-
LFT	01/09/2024	65.916	65.916	26.547	26.547
		<b>421.438</b>	<b>421.438</b>	<b>321.890</b>	<b>321.890</b>

### g) Hedge accounting

#### Operação de Crédito Pessoas Físicas

O CCB Brasil detém portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo o CCB Brasil ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco do CCB Brasil são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de valor justo registrados exclusivamente nas demonstrações contábeis consolidadas.

31/12/2021	Objeto de Hedge		Valor da parcela inefetiva	Instrumento de Hedge	
	Valor Curva	Valor Justo		Valor Nominal	Varição no valor reconhecido no resultado
Risco de Taxa de Juros	Ativos	Ativos			
Hedge de Operações de Crédito	900.521	862.554	106	1.111.307	(38.073)

  

31/12/2020	Objeto de Hedge		Valor da parcela inefetiva	Instrumento de Hedge	
	Valor Curva	Valor Justo		Valor Nominal	Varição no valor reconhecido no resultado
Risco de Taxa de Juros	Ativos	Ativos			
Hedge de Operações de Crédito	1.379.522	1.454.742	10.036	1.555.731	65.184

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

## 8. CARTEIRA DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

### a) Diversificação por tipo de operação

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Financiamentos à exportação	3.880.974	3.289.695
Capital de giro e descontos	2.774.837	2.994.105
Crédito pessoal consignado	1.172.263	2.031.727
Financiamentos a importação	550.477	399.422
Financiamentos rurais e agroindustriais	459.037	252.607
Financiamentos de veículos	19.348	71.987
Devedores por compra de valores e bens	18.751	36.744
Outros	281.435	373.361
<b>Operações de crédito</b>	<b>9.157.122</b>	<b>9.449.648</b>
Operações de Arrendamento Mercantil	70.613	67.875
<b>Total de operações de crédito e arrendamento mercantil</b>	<b>9.227.735</b>	<b>9.517.523</b>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	1.174.669	906.075
<b>TOTAL</b>	<b>10.402.404</b>	<b>10.423.598</b>

(\*) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica “Passivo - Operações de câmbio” (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica “Ativo - Operações de câmbio” (nota 9).

### b) Diversificação por setor de atividade

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Setor Privado</b>	<b>9.204.611</b>	<b>8.344.658</b>
Indústria	4.595.189	3.898.598
Comércio	2.648.052	2.209.659
Outros serviços	1.678.105	1.958.185
Agronegócio	283.265	278.216
<b>Pessoas físicas</b>	<b>1.197.793</b>	<b>2.078.940</b>
<b>Total</b>	<b>10.402.404</b>	<b>10.423.598</b>

### c) Diversificação por prazos – por parcela

	<u>31/12/2021</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>%</u>
Vencidos a partir de 15 dias	30.518	0,29	59.145	0,57
Até 03 meses	2.035.983	19,57	2.074.028	19,89
De 03 meses até 01 ano	3.884.816	37,35	4.229.777	40,58
<b>Total Circulante</b>	<b>5.951.317</b>	<b>57,21</b>	<b>6.362.950</b>	<b>61,04</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>4.451.087</b>	<b>42,79</b>	<b>4.060.648</b>	<b>38,96</b>
<b>Total</b>	<b>10.402.404</b>	<b>100</b>	<b>10.423.598</b>	<b>100</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

d) Composição da carteira por níveis de risco

31/12/2021			
Nível de risco	Base de cálculo	% (*)	Provisão
AA	3.560.770	34,23	-
A	3.954.746	38,02	19.774
B	2.355.701	22,65	23.557
C	105.490	1,01	3.164
D	19.101	0,18	1.910
E	44.807	0,43	13.442
F	7.222	0,07	3.611
G	47.703	0,46	33.392
H	306.864	2,95	306.864
<b>Total</b>	<b>10.402.404</b>	<b>100</b>	<b>405.714</b>

(\*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

31/12/2020			
Nível de risco	Base de cálculo	% (*)	Provisão
AA	2.641.730	25,35	-
A	3.829.983	36,74	19.150
B	2.336.113	22,41	23.361
C	1.100.003	10,55	33.000
D	9.086	0,09	909
E	30.293	0,29	9.088
F	14.417	0,14	7.208
G	55.087	0,53	38.561
H	406.886	3,90	406.886
<b>Total</b>	<b>10.423.598</b>	<b>100</b>	<b>538.163</b>

(\*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

e) Níveis de concentração de risco

	31/12/2021		31/12/2020	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor	156.479	1,50	194.612	1,87
10 Maiores devedores	1.520.313	14,62	1.665.243	15,98
100 Maiores devedores	7.323.729	70,40	6.644.517	63,74

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

## 9. OPERAÇÕES DE CÂMBIO

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>		
Câmbio comprado a liquidar	1.346.682	1.008.455
Direitos sobre vendas de câmbio	110.121	47.941
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	12.551	21.152
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(3.392)	(1.896)
<b>Total</b>	<b>1.465.962</b>	<b>1.075.652</b>
Circulante	1.465.962	1.075.652
<b>Total</b>	<b>1.465.962</b>	<b>1.075.652</b>
<b>Passivo</b>		
Obrigações por compras de câmbio	1.268.422	936.073
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.162.118)	(884.923)
Câmbio vendido a liquidar	137.599	61.706
<b>Total</b>	<b>243.903</b>	<b>112.856</b>
Circulante	243.903	112.856
<b>Total</b>	<b>243.903</b>	<b>112.856</b>

## 10. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - ATIVO

	31/12/2021	31/12/2020
Devedores por depósitos em garantia (*)	432.517	430.899
Negociação e intermediação de valores	68.438	5.340
Rendas a receber	14.850	14.750
Títulos e créditos a receber	8	9.851
<b>Total</b>	<b>515.813</b>	<b>460.840</b>
Circulante	75.790	18.682
Não circulante	440.023	442.158
<b>Total</b>	<b>515.813</b>	<b>460.840</b>

(\*) Composto substancialmente por depósitos em garantia relacionados a discussões judiciais no montante de R\$ 419.269 (Dezembro/20 – R\$ 438.125).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

#### 11. PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA AO RISCO DE CRÉDITO

	2º semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	353.355	538.163	551.723
Constituição de provisão para créditos do exercício	(2)	18.027	382.871
<b>Subtotal</b>	<b>353.353</b>	<b>556.190</b>	<b>934.594</b>
Reestruturação de dívida (*)	110.666	110.666	-
Baixas para prejuízo (**)	(58.305)	(261.142)	(396.431)
<b>Saldo final</b>	<b>405.714</b>	<b>405.714</b>	<b>538.163</b>
Recuperação de créditos baixados	39.308	61.812	34.942
Percentual da provisão sobre carteira	3,90	3,90	5,16
Circulante	247.018	247.018	258.559
Não circulante	158.696	158.696	279.604
<b>Saldo final</b>	<b>405.714</b>	<b>405.714</b>	<b>538.163</b>

(\*) Refere-se a reestruturação de dívida de operações de crédito registradas anteriormente em prejuízo e contabilizadas no ativo em contrapartida à carteira de crédito.

(\*\*) Do montante de baixas R\$ 14.750 (Dezembro/20 – R\$ 109.956) referem-se a operações de crédito vinculadas a captações de acordo com a regras estabelecidas pela Resolução CMN 2.921/02 (Nota 16).

Em 31 de dezembro de 2021 a carteira de contratos renegociados apresentou um saldo de R\$ 2.259.942 (Dezembro/20 – R\$ 1.654.395) e um saldo de provisão para os créditos renegociados de R\$ 237.258 (Dezembro/20 – R\$ 133.411).

#### 12. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

	31/12/2021	31/12/2020
Imóveis	215.430	295.465
Máquinas e equipamentos	15.810	17.053
Veículos e afins	2.578	5.542
Outros	597	624
<b>Subtotal</b>	<b>234.415</b>	<b>318.684</b>
Provisão para redução ao valor recuperável	(121.903)	(146.736)
<b>Total</b>	<b>112.512</b>	<b>171.948</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

### 13. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

- a) **Créditos tributários diferidos:** o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais, apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	31/12/2020	Varição PL	Realizações	Adições	Baixas	31/12/2021
<b>Imposto de Renda</b>						
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	293.571	-	(27.476)	19.147	-	285.242
Provisão para desvalorização de bens não de uso	13.174	-	(8.647)	153	-	4.680
Provisão para contingências e outras	252.359	(1.403)	(9.620)	8.801	(21.309)	228.828
<b>Subtotal – Crédito Tributário IRPJ</b>	<b>559.104</b>	<b>(1.403)</b>	<b>(45.743)</b>	<b>28.101</b>	<b>(21.309)</b>	<b>518.750</b>
<b>Contribuição Social</b>						
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	231.372	-	(19.880)	14.543	-	226.035
Provisão para desvalorização de bens não de uso	10.319	-	(6.801)	92	-	3.610
Provisão para contingências e outras	198.845	(1.122)	(7.600)	10.217	(17.048)	183.292
<b>Subtotal – Crédito Tributário CSLL</b>	<b>440.536</b>	<b>(1.122)</b>	<b>(34.281)</b>	<b>24.852</b>	<b>(17.048)</b>	<b>412.937</b>
<b>Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL</b>	<b>999.640</b>	<b>(2.525)</b>	<b>(80.024)</b>	<b>52.953</b>	<b>(38.357)</b>	<b>931.687</b>

**Realização dos créditos tributários** - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										31/12/2021
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Valor Projetado	148.792	91.614	137.301	132.128	30.831	80.643	350	350	350	309.328	<b>931.687</b>
Valor Presente (*)	136.194	76.757	105.295	92.749	19.810	47.428	188	172	158	127.704	<b>606.455</b>
% Realização	16,0%	9,8%	14,7%	14,2%	3,3%	8,7%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	<b>100,0%</b>

(\*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										31/12/2020
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Valor Projetado	157.028	76.969	101.850	76.937	194.416	35.369	3.771	392	392	352.516	<b>999.640</b>
Valor Presente (*)	153.949	73.980	95.976	71.078	176.089	31.407	3.283	335	328	289.185	<b>895.610</b>
% Realização	15,7%	7,7%	10,2%	7,7%	19,5%	3,5%	0,4%	0,0%	0,0%	35,3%	<b>100%</b>

(\*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Além da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Resolução CMN nº 4.842/20, estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que a instituição financeira presente

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais.

O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais dos anos de 2017, 2018 e 2021. Desta forma a Administração do Banco apresentou ao Banco Central do Brasil novo estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução BACEN 15/20, requerendo a aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários, para os quais o Banco possui a expectativa de realização em até 10 anos, que resultou na aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o Conglomerado possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, no valor total de R\$ 1.053.855 (Dezembro/20 – R\$ 1.110.817), ao lado de créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e contingências fiscais no montante de R\$ 181.933 (R\$ 123.799 em 2020), para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 4.848/20 de até 10 anos.

**b) Crédito presumido**

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o ano de 2021 o Banco recuperou R\$ 912 (Dezembro/20 – R\$ 318), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 411 (Dezembro/20 - R\$ 143), foram registrados em Impostos diferidos, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pelo CCB Brasil, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Crédito Presumido Constituído</b>	380.662	380.662
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>	(82.693)	(82.282)



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

c) Passivo fiscal diferido

	31/12/2020	Varição no Resultado	31/12/2021
<b>Imposto de Renda</b>			
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	78.590	1.198	79.788
Atualização monetária de depósitos judiciais	21.110	865	21.975
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	2.133	16.258	18.391
Hedge Accounting	18.805	(18.805)	-
Superveniência de Depreciação	4.779	1.749	6.528
<b>Subtotal Imposto de Renda</b>	<b>125.417</b>	<b>1.265</b>	<b>126.682</b>
<b>Contribuição Social</b>			
Empréstimos vinculados (Res. nº 2.921)	62.872	958	63.830
Atualização monetária de depósitos judiciais	16.842	685	17.527
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	1.707	13.006	14.713
Hedge Accounting	15.044	(15.044)	-
<b>Subtotal Contribuição Social</b>	<b>96.465</b>	<b>(395)</b>	<b>96.070</b>
<b>Total impostos diferidos</b>	<b>221.882</b>	<b>870</b>	<b>222.752</b>
Crédito presumido IR – Lei nº 12.838/13	45.712	228	45.940
Crédito presumido CS – Lei nº 12.838/13	36.570	183	36.753
<b>Total</b>	<b>304.164</b>	<b>1.281</b>	<b>305.445</b>

d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Apuração	31/12/2021	
	IR	CS
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>62.758</b>	<b>62.758</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>62.758</b>	<b>62.758</b>
Adições temporárias	268.245	268.245
Adições permanentes	495.806	495.806
Exclusões	(843.118)	(835.929)
<b>Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL</b>	<b>(16.309)</b>	<b>(9.120)</b>
(+) Resultado fiscal negativo das empresas consolidadas	635	635
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	1.185	3.283
<b>Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL</b>	<b>(14.489)</b>	<b>(5.202)</b>
Encargos às alíquotas de 15% e 20% para IR e CSLL	471	1.483
Adicional de 10% de IR	244	-
<b>Impostos correntes</b>	<b>715</b>	<b>1.483</b>
<b>Conciliação do resultado</b>		
Impostos correntes	715	1.483

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Imposto de Renda e CSLL Diferido (Passivo)	1.493	(212)
<b>(=) Provisão IR e CSLL</b>	<b>2.208</b>	<b>1.271</b>
Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias)	(28.101)	(24.852)
Baixa de crédito tributário	21.309	17.048
Realização do crédito tributário	45.743	34.281
<b>(=) Efeito líquido do crédito tributário</b>	<b>38.951</b>	<b>26.477</b>
<b>Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>41.159</b>	<b>27.748</b>

Apuração	31/12/2020	
	IR	CS
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>(210.267)</b>	<b>(210.267)</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>(210.267)</b>	<b>(210.267)</b>
Adições temporárias	919.607	919.803
Adições permanentes	567.473	567.473
Exclusões	(1.242.745)	(1.235.753)
<b>Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL</b>	<b>34.068</b>	<b>41.256</b>
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	7.852	1.631
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	(12.576)	(12.866)
<b>Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL</b>	<b>29.344</b>	<b>30.021</b>
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	4.401	5.065
Adicional de 10% de IR	2.872	-
<b>Impostos correntes</b>	<b>7.273</b>	<b>5.065</b>
<b>Conciliação do resultado</b>		
Impostos correntes – ano 2020	7.273	5.065
Impostos correntes – ano 2019	1.157	(316)
Imposto de Renda e CSLL Diferido (Passivo)	(37.308)	(31.289)
<b>(=) Provisão IR e CSLL</b>	<b>(28.878)</b>	<b>(26.540)</b>
Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias)	(175.992)	(138.478)
Constituição de crédito tributário (s/ Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(1.590)	(8.230)
Baixa de créditos tributários. Resol. nº 3.059/02	216.941	177.240
Realização do crédito tributário	146.280	104.858
<b>(=) Efeito líquido do crédito tributário</b>	<b>185.639</b>	<b>135.390</b>
<b>Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>156.761</b>	<b>108.850</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

#### 14. OUTROS ATIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Devedores diversos no país	26.704	34.329
Pagamentos a ressarcir	22.574	28.097
Relações interfinanceiras	4.653	11.114
Despesas antecipadas	1.233	956
Outros	1.340	3.501
<b>Total</b>	<b>56.504</b>	<b>77.997</b>
Circulante	33.238	48.083
Não circulante	23.266	29.914
<b>Total</b>	<b>56.504</b>	<b>77.997</b>

#### 15. CAPTAÇÕES NO MERCADO

	31/12/2021					
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos a vista	135.334	-	-	135.334	-	135.334
Depósitos de poupança	2.931	-	-	2.931	-	2.931
Depósitos interfinanceiros	-	52.275	1.096	53.371	-	53.371
Depósitos a prazo	-	1.976.542	1.522.832	3.499.374	1.615.522	5.114.896
Obrigações por operações compromissadas	-	3.603.942	-	3.603.942	-	3.603.942
Letras de crédito imobiliários – LCI	-	-	1.200	1.200	-	1.200
Letras de crédito do agronegócio – LCA	-	183.044	126.818	309.862	32.888	342.750
Letra financeira - LF	-	57.029	66.931	123.960	76.727	200.687
<b>Total</b>	<b>138.265</b>	<b>5.872.832</b>	<b>1.718.877</b>	<b>7.729.974</b>	<b>1.725.137</b>	<b>9.455.111</b>

	31/12/2020					
	Sem vencimento	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos a vista	114.597	-	-	114.597	-	114.597
Depósitos de poupança	2.935	-	-	2.935	-	2.935
Depósitos interfinanceiros	-	203.601	45.262	248.863	-	248.863
Depósitos a prazo	-	317.921	2.106.267	2.424.188	3.133.360	5.557.548
Obrigações por operações compromissadas	-	3.499.202	-	3.499.202	-	3.499.202
Letras de crédito imobiliário - LCI	-	1.574	1.040	2.614	-	2.614
Letras de crédito do agronegócio - LCA	-	52.050	105.619	157.669	121.000	278.669
Letra financeira - LF	-	25.933	247.099	273.032	138.884	411.916
<b>Total</b>	<b>117.532</b>	<b>4.100.281</b>	<b>2.505.287</b>	<b>6.723.100</b>	<b>3.393.244</b>	<b>10.116.344</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

## 16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses do exterior referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior e órgãos multilaterais.

Os repasses do país são representados por recursos do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ e Ministério das Cidades nas modalidades PSH – Programa Social de Habitação e PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.

Os vencimentos estão assim distribuídos:

	Até 03 meses	De 03 meses a 01 ano	Total Circulante	Não Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Repasses país - Instituições oficiais	75.998	109.904	185.902	25.957	211.859	154.233
No exterior	1.419.813	3.199.264	4.619.077	-	4.619.077	4.198.667
Empréstimo com a matriz	782.351	2.819.548	3.601.899	-	3.601.899	3.544.112
Empréstimos com a matriz – vinculados (*)	15.034	14.143	29.177	-	29.177	48.335
Demais empréstimos no exterior <sup>(1)</sup>	622.428	365.573	988.001	-	988.001	606.220
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.495.811</b>	<b>3.309.168</b>	<b>4.804.979</b>	<b>25.957</b>	<b>4.830.936</b>	
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.269.388</b>	<b>3.054.223</b>	<b>4.323.611</b>	<b>29.289</b>		<b>4.352.900</b>

<sup>(1)</sup> As operações de empréstimos e repasses do exterior, no montante de R\$ - (R\$ 29.826 em dezembro de 2020), que continham cláusulas restritivas (“covenants”), foram classificadas em 2020 no circulante por motivo de desenquadramento de indicadores.

(\*) Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

I - Vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;

II - Subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;

III - Remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;

IV - Compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa vinculada e da operação de captação;

V - Prazo da operação de captação igual ou maior que os da operação ativa vinculada;

VI - Postergação de qualquer pagamento ao credor, inclusive a título de encargos ou amortização, em caso de inadimplemento na operação ativa vinculada, e

VII - Não pagamento, total ou parcial, do principal e de encargos ao credor, na hipótese de a execução de garantias não ser suficiente para a liquidação da operação ativa vinculada, ou em outras situações de não liquidação dessa operação.

Em 31 de dezembro de 2021 o montante das captações vinculadas a operações ativas registradas no grupo “Empréstimos no Exterior” é de R\$ 420.255 (Dezembro/20 – R\$ 362.694), e o saldo das operações ativas é de R\$

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

175.326 (Dezembro/20 – R\$ 84.975), sendo que neste exercício não temos parcelas vencidas (Dezembro/20 – R\$ 14.481 - representados por créditos que apresentam parcelas vencidas há mais de 1 dia).

Visando apresentação da melhor estimativa de desembolso esperado em relação a obrigação vinculada, bem como a redução de assimetrias, o Banco considerando a expectativa de recebimento dos créditos vinculados, registrou ajuste redutor do grupo “Empréstimos no Exterior” pelo montante de R\$ 391.078 (Dezembro/20 – R\$ 314.359), sendo o montante de R\$ 4.793 (Dezembro/20 – R\$ 31.948) em contrapartida ao resultado do exercício.

No segundo semestre de 2020, o Banco baixou R\$ 173.448 (R\$ 95.396 líquido dos efeitos tributários), referente as operações de empréstimos vinculados a operações de crédito em atraso, baixadas para prejuízo, para as quais não há expectativa de recuperação futura. No segundo semestre de 2021, o montante de R\$ 71.926 foi registrado novamente no grupo obrigações por empréstimos e repasses no exterior em decorrência da recuperação do crédito vinculado classificado no nível de risco H segundo a Resolução CMN nº 2.682/99.

## 17. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Captação	Valor de	Emissão	Vencimento	Valor de	Tx Juros	31/12/2021	31/12/2020
	Emissão - Moeda original			Emissão - Moeda nacional			
Dívida Perpétua Nível I (c) (d)	US\$ 70.000	29/12/2016	-	228.025	8,00%	390.635	363.769
Dívida Perpétua Nível I (a) (c)	US\$ 100.000	04/06/2021	-	506.660	5,80%	558.050	-
Dívida Subordinada Nível II (b)	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	-	529.128
<b>Total</b>						<b>948.685</b>	<b>892.897</b>

  

	31/12/2021	31/12/2020
Não circulante	948.685	892.897
<b>Total</b>	<b>948.685</b>	<b>892.897</b>

- (a) Em 04 de junho de 2021, o CCB Brasil emitiu Bônus Perpétuo no montante de US\$ 100 milhões, com incidência de juros de 5,80% ao ano. Os papéis tiveram emissão privada com caráter de perpetuidade em conformidade com o previsto no artigo 17 da Resolução nº 4.192/13. A operação foi autorizada pelo Banco Central do Brasil em 28 de setembro de 2021 compondo o capital do CCB Brasil e adquiridos pelo próprio grupo CCB.
- (b) Os papéis de emissão privada em 2015 com prazo de dez anos, para compor capital de nível 2, e adquiridos pelo próprio grupo CCB, estão integralmente compondo o capital de nível 2. A partir de dezembro 2020 iniciou a redução anual e gradual de 20% pela aproximação com a data de vencimento, conforme previsto no artigo 27 da Resolução nº 4.192/13. Em setembro de 2021 este papel foi liquidado antecipadamente e substituído por Bônus Perpétuo (item a) o que garantiu perenidade nos níveis de capitalização pois foi classificado no nível de capital I, permitindo, com isso, à Administração melhor perspectiva de planejamento e continuidade de negócios.
- (c) Conforme previsto na regulamentação vigente, em decorrência de saldo elevado de prejuízos acumulados auferidos em exercícios anteriores o Banco não constituiu provisão para pagamento de juros referente ao ano de 2021, decorrentes das dívidas perpetuas emitidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- (d) Em novembro de 2020, a Administração do CCB Brasil obteve reembolso integral dos valores pagos de juros relativos aos exercícios de 2017, 2018 e 2019 no montante de R\$ 89.870 equivalentes a US\$ 16.800, ora apresentado no grupo Outras receitas operacionais (nota 37). Adicionalmente, em decorrência do prejuízo auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco não efetuou pagamento dos juros relativos aquele exercício no montante de R\$ 13.783.

## 18. DÍVIDA SUBORDINADA

A dívida subordinada (BIC20) emitida em 2010, no montante de US\$ 300.000 com taxa de juros de 8,50% ao ano foi liquidada em 27 abril de 2020, data de seu vencimento.

## 19. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - PASSIVO

	31/12/2021	31/12/2020
Negociações e intermediações de valores	83.910	8.923
Comissões a pagar	6	29
<b>Total</b>	<b>83.916</b>	<b>8.952</b>
Circulante	83.916	8.952
<b>Total</b>	<b>83.916</b>	<b>8.952</b>

## 20. PROVISÕES

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para contingências (nota 21.a)	1.075.013	1.061.659
Provisões para garantias financeiras prestadas (nota 22)	25.933	25.136
Outras	40.372	44.528
<b>Total</b>	<b>1.141.318</b>	<b>1.131.323</b>
Circulante	62.669	119.579
Não circulante	1.078.649	1.011.744
<b>Total</b>	<b>1.141.318</b>	<b>1.131.323</b>

## 21. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

### a) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes, bem com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

#### **Processos cíveis**

O Conglomerado possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 202.795 (Dezembro/20 – R\$ 200.183). As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato, declaratórias, obrigações de fazer/não fazer e de indenização por danos materiais e morais.

#### **Processos trabalhistas**

O Conglomerado possui processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 113.738 (Dezembro/20 – R\$ 118.419). As provisões têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, intervalo intrajornada e outros.

#### **Processos fiscais e previdenciários**

**COFINS x Lei nº 9.718/98** – valor envolvido R\$ 576.985 (Dezembro/20 – R\$ 565.915): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 32.791 (Dezembro/20 – R\$ 31.998).

**PIS x Lei nº 9.718/98** – valor envolvido R\$ 91.630 (Dezembro/20 – R\$ 89.876): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 111.708 (Dezembro/20 – R\$ 108.728).

**PDD / 94** – valor envolvido R\$ 27.296 (Dezembro/20 – R\$ 26.769): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no artigo 43, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**INSS – Participação nos Lucros dos Administradores** – valor envolvido R\$ 61.178 (Dezembro/20 – R\$ 59.182): pleiteia a desconstituição de suposto débito de INSS, incidente sobre a participação nos lucros dos administradores, relativo aos períodos-base de 2009 a 2011, lançados através de Auto de Infração, em virtude de não incidir essa contribuição sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. O valor envolvido foi depositado em juízo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais**

Descrição	31/12/2020	Adição	Reversão	Atualização	Pagamento	31/12/2021
Cíveis	200.183	13.712	(5.888)	18.969	(24.181)	202.795
Trabalhistas	118.419	3.644	(1.566)	16.870	(23.629)	113.738
<b>Subtotal</b>	<b>318.602</b>	<b>17.356</b>	<b>(7.454)</b>	<b>35.839</b>	<b>(47.810)</b>	<b>316.533</b>
<b>Fiscais e previdenciárias</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Adição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Atualização</b>	<b>Pagamento</b>	<b>31/12/2021</b>
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	89.876	-	-	1.754	-	91.630
IRPJ / CSLL PDD 1994	26.769	-	-	527	-	27.296
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	565.915	-	-	11.070	-	576.985
INSS Administradores – Exercícios 2009 a 2011	59.182	-	-	1.996	-	61.178
Outros	1.315	-	-	76	-	1.391
<b>Subtotal</b>	<b>743.57</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.423</b>	<b>-</b>	<b>758.480</b>
<b>Total</b>	<b>1.061.659</b>	<b>17.356</b>	<b>(7.454)</b>	<b>51.262</b>	<b>(47.810)</b>	<b>1.075.013</b>

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 – Outros instrumentos financeiros - Ativo), um total de R\$ 419.269 sendo R\$ 98.857 – processos cíveis, R\$ 16.687 – processos trabalhistas e R\$ 303.725 – processos fiscais.

Em agosto de 2021, o Banco aderiu a transação tributária promovido pelo Edital nº 11-2021, relativo ao auto de infração lavrado visando a cobrança de contribuição previdenciária do período base de 2012, no montante de R\$ 10.939, que vinha sendo discutido na esfera administrativa. Desta forma, de acordo com os termos deste acordo, o Banco irá pagar o montante de R\$ 15.321 em sete parcelas consecutivas, sendo R\$ 5.742 a título de principal registrado em despesa de pessoal e R\$ 9.579 referente a juros e multa, registrado em outras despesas operacionais. Em 2020, a discussão relativa a este auto de infração estava classificada como possível e não havia depósito em garantia registrado no ativo do Banco.

**b) Processos classificados como perda possível**

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo CCB Brasil e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

**Processos fiscais e previdenciários**

**ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87** – valor envolvido R\$ 23.869 (Dezembro/20 – R\$ 24.085): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.



**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior** – valor envolvido R\$ 14.520 (Dezembro/20 – R\$ 14.440): pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do artigo 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares n.º 2.269/92 e n.º 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**IRPJ / 2008** – valor envolvido R\$ 40.566 (Dezembro/20 – R\$ 20.461): aguardando homologação da adesão ao parcelamento da Lei nº 12.996/14 (REFIS da COPA), cuja análise do RQA – Requerimento de Quitação Antecipada (artigo 33 da Lei nº 13.043/14) está suspensa aguardando o julgamento das glosas dos prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL dos anos de 2012 e 2014 (vide IRPJ/ CSLL).

**INSS – Participação nos Lucros dos Administradores** – valor envolvido R\$ 40.754 (Dezembro/20 – R\$ 68.248): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2008, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28, § 9º, da Lei nº 8.212/91. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 39.823 (Dezembro/20 – R\$ 39.425).

**IRPJ/CSLL** – valor envolvido R\$ 168.154 (Dezembro/20 – R\$ 168.154): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012 e 2014, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

**Imposto de Operações Financeiras (IOF) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)** – valor envolvido R\$ 1.527 (Dezembro/20 – R\$ 1.515): CCB Brasil como responsável solidário, pleiteia a desconstituição de lançamento do suposto débito de IRRF/IOF sobre sete operações de câmbio para remessas de divisas ao exterior.

**IOF sobre Cessão de Crédito** – valor envolvido R\$ 2.657 (Dezembro/20 – R\$ 2.627): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito do IOF sobre suposta incidência nos contratos de cessão de crédito com coobrigação, relativo ao período de 03/2014 a 12/2014, por suposto descumprimento do Decreto nº 6.306/07.

**Compensação Não Homologada** - valor envolvido R\$ 4.220 (Dezembro/20 – R\$ 4.918): pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

#### **Processos trabalhistas**

No Conglomerado existem processos, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 24.359 (Dezembro/20 – R\$ 27.705). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

#### Processos cíveis

O Conglomerado possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 421.596 (Dezembro/20 – R\$ 272.098). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato, declaratórias, obrigações de fazer/não fazer e de indenização por danos materiais e morais.

## 22. AVAIS E FIANÇAS

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Valores Garantidos	Provisões	Valores Garantidos	Provisões
Avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	736.013	25.501	747.482	24.699
Fianças pagamentos	420.857	328	435.323	339
Fianças performance	87.163	104	28.188	98
Fianças bancárias	39.383	-	42.400	-
Outras fianças	8.728	-	12.116	-
<b>Total</b>	<b>1.292.144</b>	<b>25.933</b>	<b>1.265.509</b>	<b>25.136</b>
Não circulante	1.292.144	25.933	1.265.509	25.136
<b>Total</b>	<b>1.292.144</b>	<b>25.933</b>	<b>1.265.509</b>	<b>25.136</b>

## 23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2021	31/12/2020
Credores diversos - país	38.304	44.713
Relações interdependências	26.960	29.674
Sociais e estatutárias	9.575	15.204
Resultados de exercícios futuros	13.592	13.622
Outras obrigações	304	498
<b>Total</b>	<b>88.735</b>	<b>103.711</b>
Circulante	75.143	90.089
Não Circulante	13.592	13.622
<b>Total</b>	<b>88.735</b>	<b>103.711</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O quadro de acionistas do CCB Brasil é o seguinte:

### a) Capital Social

Acionista	31/12/2021			31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
CCB Brazil Financial Holding Investimentos	297.223.908	168.407.558	465.631.466	297.223.908	168.407.558	465.631.466
<b>Total de ações</b>	<b>297.223.908</b>	<b>168.407.558</b>	<b>465.631.466</b>	<b>297.223.908</b>	<b>168.407.558</b>	<b>465.631.466</b>
<b>Total em Reais</b>	<b>1.887.438</b>	<b>1.069.426</b>	<b>2.956.864</b>	<b>1.887.438</b>	<b>1.069.426</b>	<b>2.956.864</b>

### b) Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2021 corresponde a 6.398.518 (Dezembro/20 – 6.398.518) ações preferenciais no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/20 – R\$ 55.105).

### c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

### d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

## 25. PARTES RELACIONADAS

### a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Disponibilidades em moedas estrangeiras</b>	<b>4.924</b>	<b>30.418</b>	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	4.924	30.418	-	-
<b>Cotas de Fundo de Investimentos</b>	<b>91.583</b>	<b>83.674</b>	<b>4.409</b>	<b>2.586</b>
FIDC Brasilfactors (b)	91.583	83.674	4.409	2.586
<b>Valores a receber sociedade ligadas</b>	<b>59</b>	<b>81</b>	-	-
CCB Brasil Cobrança Ltda. (b)	59	81	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Depósitos à vista</b>	<b>(1.854)</b>	<b>(416)</b>	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(1)	(2)	-	-
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1)	(1)	-	-
Brasilfactors S.A. (f)	(1)	(1)	-	-
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(202)	(107)	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(1.649)	(305)	-	-
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>(111.696)</b>	<b>(92.263)</b>	<b>(3.414)</b>	<b>(4.948)</b>
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(750)	(738)	(31)	(22)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1.678)	(1.647)	(72)	(45)
Brasilfactors S.A. (f)	(609)	(4.543)	(52)	(64)
FIDC Brasilfactors (b)	(30.875)	(8.180)	(598)	(807)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(77.761)	(77.011)	(2.649)	(4.002)
Pessoal-chave da Administração (c)	(23)	(144)	(12)	(8)
<b>LCA</b>	<b>(11.371)</b>	<b>(7.007)</b>	<b>(414)</b>	<b>(138)</b>
Pessoal-chave da Administração (c)	(11.371)	(7.007)	(414)	(138)
<b>LCI</b>	-	-	-	<b>(21)</b>
Pessoal-chave da Administração (c)	-	-	-	(21)
<b>NDF</b>	<b>996</b>	<b>1.851</b>	<b>206</b>	<b>3.830</b>
Brasilfactors S.A. (f)	996	1.851	206	3.830
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>(3.631.076)</b>	<b>(3.592.447)</b>	<b>(335.578)</b>	<b>(98.625)</b>
China Construction Bank Corporation (d)	(3.631.076)	(3.592.447)	(335.578)	(98.625)
<b>Valores a pagar sociedade ligadas</b>	<b>(59)</b>	<b>(81)</b>	-	-
CCB Brasil Cobrança Ltda. (b)	(59)	(81)	-	-

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas – direta
- (b) Controladas e Coligadas – indireta
- (c) Pessoal-chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior
- (e) Controladora direta
- (f) Controlada em conjunto (*joint venture*)

#### a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As operações de LCA foram realizadas com taxas médias de 100,43% do CDI (Dezembro/20 – 101,60%) e possuem vencimento final em até 02 anos (Dezembro/20 – até 02 anos) e a LCA pré-fixadas às taxas médias de 7,71 a.a. (Dezembro/20 - 6,79 a.a.). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 103,65% do CDI (Dezembro/20 – 96,06%) e possuem vencimento final em até 01 ano - (Dezembro/20 – em até 01 ano). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 97,02% do CDI (Dezembro/20 – 82,90% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (Dezembro/20 – em até 2 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 5,74% a.a. (Dezembro/20 – 1,76% a.a.) e variação cambial, com vencimento final até 6 anos (Dezembro/20 – em até 06 anos).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração – Consolidado**

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante os exercícios de 2021 e 2020, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face o saldo de prejuízos acumulados apresentado no Patrimônio Líquido do Banco.

**b.1) Benefícios de curto prazo – Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Remuneração fixa	20.644	13.633
Outros (*)	662	1.047
<b>Total</b>	<b>21.306</b>	<b>14.680</b>

(\*) Refere-se substancialmente a benefícios com alimentação/refeição - R\$ 77 (Dezembro/20 – R\$ 86) e assistência médica e odontológica - R\$ 585 (Dezembro/20 – R\$ 961).

**b.2) Benefícios de longo prazo**

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

**26. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL**

	<b>2º semestre</b>		
	<b>2021</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Operações de crédito	597.879	716.215	1.915.197
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	39.308	61.812	34.942
Aquisição de recebíveis	5.009	11.496	13.856
Operações de arrendamento mercantil	3.432	5.729	5.791
Renda de títulos de créditos e por venda de bens	1.167	2.586	3.394
<b>Total</b>	<b>646.795</b>	<b>797.838</b>	<b>1.973.180</b>

O Banco possui operações de crédito indexadas em moeda estrangeira, cujo valor registrado no exercício de 2021 foi impactado pela variação cambial do período no montante de R\$ 183.403 (Dezembro/20 – R\$ 1.240.849).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**27. RESULTADO DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2º semestre		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de aplicações compromissadas	96.818	145.127	101.766
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	46.576	61.445	21.867
Resultado de títulos renda fixa	27.406	36.961	28.918
Rendas de aplicações no exterior	7.447	7.669	68.019
Outras operações com TVM	3.175	4.450	(2.342)
<b>Total</b>	<b>181.422</b>	<b>255.652</b>	<b>218.228</b>

**28. RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

	2º semestre		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Mercado Futuro - Dólar	165.569	114.006	(6.985)
Mercado Futuro - DI	24.256	49.695	(59.201)
Termo de moedas	33.633	19.001	55.942
Swap	(7.923)	(17.169)	362.517
<b>Total</b>	<b>215.535</b>	<b>165.533</b>	<b>352.273</b>

**29. RESULTADO DE CÂMBIO**

	2º semestre		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades em moedas estrangeiras	59.522	48.876	108.160
Operações de câmbio	21.142	40.268	75.322
Variações cambiais	103.758	60.675	356.961
<b>Total</b>	<b>184.422</b>	<b>149.819</b>	<b>540.443</b>

**30. OUTRAS RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**

	2º semestre		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em operações de venda/transferência de ativos financeiros	10	510	2.933

**31. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

	2º semestre		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	527.636	364.630	1.597.183
Repasse FUNCAFÉ/BNDES	2.343	4.308	8.308
Reversão para empréstimos vinculados a operações de crédito	(10.622)	(4.793)	(31.948)
<b>Total</b>	<b>519.357</b>	<b>364.145</b>	<b>1.573.543</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

O Banco possui obrigações com banqueiros no exterior por empréstimos indexadas em moeda estrangeira, cujo valor registrado no exercício de 2021 foi impactado pela variação cambial do período no montante de R\$ 328.568 (Dezembro/20 – R\$ 1.488.665).

### 32. DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES NO MERCADO

	2º semestre		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a prazo	158.296	226.095	122.302
Operações compromissadas	104.478	153.308	107.241
Despesas de letras do agronegócio - LCA	9.264	12.952	10.661
Despesas de letras Financeiras - LF	7.671	12.654	21.210
Despesa contribuição Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	3.691	7.504	6.787
Depósitos interfinanceiros	2.348	4.790	9.755
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	44	63	292
<b>Total</b>	<b>285.792</b>	<b>417.366</b>	<b>278.248</b>

### 33. DESPESAS COM INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

	2º semestre		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Dívida perpétua	98.311	84.146	141.171
Dívida subordinada	75.310	75.260	111.785
<b>Total</b>	<b>173.621</b>	<b>159.406</b>	<b>252.956</b>

### 34. RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS

	2º semestre		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Rendas sobre garantias prestadas	18.453	37.608	44.306
Rendas de tarifas bancárias	1.904	2.907	3.599
Rendas de outros serviços	1.299	2.742	6.141
Rendas de cobrança	805	1.618	2.089
<b>Total</b>	<b>22.461</b>	<b>44.875</b>	<b>56.135</b>

### 35. DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Salários	47.732	99.441	94.006
Encargos Sociais	24.892	44.488	36.308
Honorários da diretoria	7.998	20.644	13.633
Benefícios	8.831	17.406	18.900
Outros	148	290	340
<b>Total</b>	<b>89.601</b>	<b>182.269</b>	<b>163.187</b>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

### 36. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de serviços de terceiros	13.047	28.572	29.360
Despesas de alugueis e taxas	9.560	18.202	17.652
Despesas de processamento de dados	8.883	17.433	15.385
Despesas de amortização e depreciação	5.326	11.227	16.721
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.140	8.490	7.841
Despesas emolumentos judiciais e cartorários	1.873	3.438	5.846
Despesas de manutenção e conservação	1.736	3.393	2.809
Outras despesas	8.815	12.332	12.503
<b>Total</b>	<b>53.380</b>	<b>103.087</b>	<b>108.117</b>

### 37. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas	5.155	12.769	14.191
Atualização de depósitos em garantia	6.287	8.511	7.867
Reversão de provisão de reestruturação	1.795	2.768	10.053
Reembolso Dívida Perpétua (nota 17)	-	-	89.870
Reversão de provisão para participação nos lucros - empregados	-	-	15.912
Outras rendas operacionais	4.993	6.134	18.805
<b>Total</b>	<b>18.230</b>	<b>30.182</b>	<b>156.698</b>

### 38. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas tributárias	18.461	36.916	27.852
Despesas com comissões	8.723	20.510	35.645
Provisão para participação nos lucros - empregados	12.448	12.448	15.035
Provisão operacional	11.590	11.590	15.290
Taxas de processamento	3.043	6.421	11.138
Descontos concedidos em renegociação	448	880	1.043
Baixa de despesa antecipada	-	-	17.059
Provisão Ministério das cidades	-	-	4.337
Outras despesas operacionais	5.223	6.524	15.760
<b>Total</b>	<b>59.936</b>	<b>95.289</b>	<b>143.159</b>



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

### 39. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º semestre		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Resultado de alienação de bens (Provisão) para imparidade de ativos não financeiros mantidos para venda	16.270	29.893	4.053
Outras rendas (despesas) não operacionais	(9.702)	(10.077)	(43.418)
<b>Total</b>	<b>7.004</b>	<b>20.404</b>	<b>(39.816)</b>

### 40. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL

O gerenciamento de riscos do Conglomerado CCB Brasil permite que os riscos inerentes as suas operações sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Conglomerado centraliza o gerenciamento dos riscos Socioambientais, de Mercado, de Crédito, de Liquidez, Operacionais e a Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isto resulta em uma visão global das exposições às quais o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, além de assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e de aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar a estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos relacionados. Atende a Resolução CMN nº 4.557/17. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Resolução BCB nº 54/20 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e sobre o relatório de Estrutura Gestão de Riscos que dispõe sobre a estrutura e responsabilidades e seu contexto dentro do CCB Brasil.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos.

A Resolução CMN nº 4.327/14 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. O Departamento de Gestão de Riscos compõe-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

## **GESTÃO DE RISCO**

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o CRO – Chief Risk Officer como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

### **Gestão do Risco de Mercado**

A Divisão de Risco de Liquidez, Mercado e Capital é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pela Declaração de apetite ao Risco (RAS), assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O monitoramento do Risco de Mercado no CCB Brasil é executado por alguns principais tipos de medidas tais como: análise de posições (stale positions), controle de nível de exposição cambial, sensibilidades, testes de estresse,

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

o “Value-at-risk” (incluindo testes de aderência e validações), DV01, EVE - Economic Value of Equity e NII – Net Interest Income.

Todas as métricas de risco são avaliadas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

**Gestão do Risco de Crédito**

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

**ESG – Risco Socioambiental**

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

**Gestão do Risco de Liquidez**

O gerenciamento do Risco de Liquidez do CCB Brasil consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

- I. *Backward Looking*: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.
- II. *Forward Looking*: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que o CCB Brasil tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no circulante e em não circulante.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no circulante quanto no não circulante.

A gestão do risco de liquidez prevê:

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**

Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez nos prazos circulante e não circulante;
- II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa como antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.
- III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados tempestivamente para tomada de ações corretivas e preventivas.

Os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, são apresentados abaixo:

Em 31 de dezembro de 2021 o CCB Brasil apresentou seu Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, apurado de acordo com o vencimento nominal das suas operações, contudo, o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 6.b), exceto aqueles vinculados à prestação de garantias, no montante de R\$ 2.048.012 (Dezembro/20 – R\$ 3.737.849), que mesmo classificados no não circulante, representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, e parte dos passivos circulantes são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 3.631.076 (Dezembro/20 – R\$ 3.592.447), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

	<b>31/12/2021</b>		
	<b>Liquidez Nominal</b>	<b>Reclassificação por liquidez efetiva</b>	<b>Liquidez ajustada</b>
Ativo Circulante	9.804.899	2.048.012	11.852.911
Passivo Circulante	(13.057.974)	3.631.076	(9.426.898)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>(3.253.076)</b>	<b>5.679.088</b>	<b>2.426.012</b>

	<b>31/12/2020</b>		
	<b>Liquidez Nominal</b>	<b>Reclassificação por liquidez efetiva</b>	<b>Liquidez ajustada</b>
Ativo Circulante	8.541.499	3.737.849	12.279.348
Passivo Circulante	(12.097.268)	3.592.447	(8.504.821)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>(3.555.769)</b>	<b>7.330.296</b>	<b>3.774.527</b>

**Análise de sensibilidade**

O CCB Brasil conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I), 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela Administração foi referenciada por fonte

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

externa independente: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Riscos e Comitê de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (Trading Book) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (Banking Book);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às políticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda esperada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários:

**Cenário 1:** Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2021, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

**Cenário 2:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2021, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

**Cenário 3:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2021, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os cenários adotados para as Carteiras banking e trading encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo de queda das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre decréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem tendência de alta, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking – premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de 1.000 basis points	deslocamento paralelo de 2.500 basis points	deslocamento paralelo de 5.000 basis points
Dólar à Vista	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para a carteira Banking. Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira Banking – resultados para os fatores de risco em 31/12/2021			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(11.191)	(27.477)	(53.270)
Taxa Prefixada em Reais	(15.520)	(37.173)	(69.427)
Inflação	(5)	(13)	(27)
Perda Total	(26.716)	(64.663)	(122.724)

Carteira Trading – resultados para os fatores de risco em 31/12/2021			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(130)	(356)	(817)
Taxa Prefixada em Reais	(8.867)	(22.133)	(44.149)
Perda Total	(8.997)	(22.489)	(44.966)

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.

- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.

- Ações e Índices – Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado.**

- Inflação – Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nesta carteira, sugere-se a avaliação dos resultados das mensurações de Delta *EVE* (*Economic Value of Equity*) e Delta *NII* (*Net Interest Income*) com a metodologia de cálculo normatizada pelo Banco Central do Brasil na *Circular 3.876/18* e na *Resolução BCB 54/20*. Diante disto, ressalta-se que a análise de sensibilidade se trata de uma visão geral das perdas potenciais envolvidas na carteira em caso de materialização dos choques sobre os fatores de riscos estressados de forma isolada. Isto significa que a correlação e os impactos conjunturais não estão sendo considerados nesta análise.

Assim, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

## **GESTÃO DE CAPITAL**

A gestão de risco e suficiência de Capital do CCB Brasil adota, dentre outros, elementos básicos de análise, como o entendimento e identificação dos riscos inerentes às suas atividades consubstanciadas em política de gestão de Capital e Liquidez, avaliação da necessidade de capital para os riscos mais relevantes; desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional; plano de Capital e Contingência, e Orçamento estratégico. É realizado por meio de métricas quantitativas que incluem modelos e recomendações do Banco Central do Brasil, sob perspectivas e conceitos de Basileia III.

O acompanhamento e monitoramento deste gerenciamento é contínuo pelo Comitê de Riscos, avaliado pelo Conselho de Administração no Brasil, pela Matriz (Head Office) e regularmente reportado ao BACEN. Este arcabouço está embasado nas diretrizes impostas pela Resolução CMN nº 4557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de Riscos e de Capital e a política de divulgação de informações. Destacam-se na resolução a obrigatoriedade de criação nos bancos de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição de uma Declaração de Appetite a Riscos, conhecida por RAS (“Risk Appetite Statement”), de programas de testes de estresse, a da constituição do Comitê de Riscos, dentre outras.

Dentre as medidas adotadas para enfrentamento da crise trazida pela pandemia da Covid-19 em 2020, e a fim de proporcionar maior estabilidade para o sistema financeiro nacional, o Bacen lançou uma série de ações

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado.

contingenciais, tais como a redução de adicional de recolhimento sobre depósitos compulsórios, a dispensa de provisionamento para operações de crédito renegociadas, a opção de captação de recursos pelas Instituições Financeiras por meio dos depósitos a prazo com garantias especiais “NDPGE”, dentre outras.

Neste sentido, a Resolução CMN nº 4.783/20 estabeleceu a redução da alíquota do adicional de conservação de capital principal (ACPC) de 2,5% para 1,25% pelo período de um ano, com revisão gradual até março 2022 também com objetivo de melhorar capacidade das Instituições de alavancar ativos e empréstimos.

Requerimentos Bacen	Válido em 31/12/2021	Válido em 31/12/2020
Índice de Capital Principal	6,5%	5,75%
Índice de Capital de Nível 1	8,0%	7,25%
Índice de Basileia (PR total)	10,0%	9,25%

A Razão de Alavancagem (RA) é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN nº 3.748/15. Trata-se de uma medida simples de alavancagem não sensível a risco e não leva em consideração os Fatores de Ponderação de Risco (FPR) ou mitigações consideradas no RWA. Não é requerido para bancos do Grupo S3, mas é apurado para fins de monitoramento de RAS e se constitui num bom indicador da relação capital X ativos de uma instituição.

A tabela apresentada a seguir exibe os principais indicadores de capital apurados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e atendem tanto os requeridos pelo Bacen como os estabelecidos em Política de RAS para 2021 – cuja revisão é feita anualmente ou a qualquer momento em que a circunstância requeira.

Observa-se que os índices de capitalização e alavancagem atendem em patamar de conforto a todos os requerimentos mínimos, apresentando espaço para crescimento de ativos em 2022.

Em R\$ Mil	31/12/2021	31/12/2020
<b>Capital Nível 1</b>	<b>2.051.929</b>	<b>1.422.085</b>
-Capital Principal	1.103.244	1.058.316
-Perpetual Bonds	948.685	363.769
<b>Capital Nível 2</b>	<b>-</b>	<b>423.302</b>
<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>2.051.929</b>	<b>1.845.387</b>
-RWACpad	10.965.365	10.453.127
-RWAMpad	415.104	152.154
-RWAOpad	1.405.146	1.447.455
<b>Total RWA</b>	<b>12.785.615</b>	<b>12.052.736</b>
-IRRBB	65.111	184.713
<b>Índices</b>		
Capital Principal	8,63%	8,78%
Nível 1	16,05%	11,80%
Índice de Basileia	16,05%	15,31%
IB para RWA + IRRBB	15,09%	12,85%

O artigo 13 da Resolução CMN nº 4.193/13 determina que as instituições devam manter Capital suficiente para a cobertura do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB), tratando-o porém como um requerimento adicional de capital, sem inclui-lo na definição de RWA (artigo 3º da Resolução CMN nº 4.193/13). No CCB Brasil, o limite para IRRBB é definido em Reais - R\$ na declaração de apetite a Riscos. A revisão da metodologia



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

de cálculo, conjugada com a redução da carteira de crédito de longo prazo, reduziu o consumo de capital neste item, de dezembro 2020 para dezembro 2021, como observado acima.

#### 41. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do CCB Brasil e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta forma, no ano de 2020 o montante de R\$ 25.972 originado na baixa de crédito tributário registrado na subsidiária CCB Financeira em decorrência de não haver expectativa de geração de resultados tributáveis nos próximos 10 anos, suficientes para absorção deste crédito. No ano de 2021, não houve registro de resultados não recorrentes.

#### 42. OUTRAS INFORMAÇÕES

##### a) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

Em 2020, o CCB Brasil era devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exigia manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais. As operações de empréstimos e repasses do exterior, que continham cláusulas restritivas (“covenants”), foram classificadas no circulante, por motivo de desenquadramento de indicadores naquele ano.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelo credor mencionado.

<b>BANCO E CONSOLIDADO</b>	<b>Requerido</b>
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre “PR”	≤ 25%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

##### b) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.  
Em milhares de reais, exceto quando indicado.

**Conselho de Administração**

Presidente:	Xilai Feng
Membros do Conselho:	Fanggen Liu Liping Shang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira

**Diretoria**

Diretor Presidente:	Liping Shang
Diretores Vice-Presidente:	Yongdong Jiang Zhiqiang Zhu
Diretores:	Carlos José Roque Claudio Augusto Rotolo
Contador:	Fábio José Mazzetto Said CRC: 1SP264988/O-8

**Comitê de Auditoria**

Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid